

Inundações e Cuidado Integral

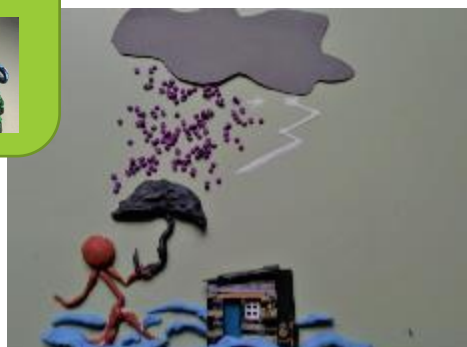
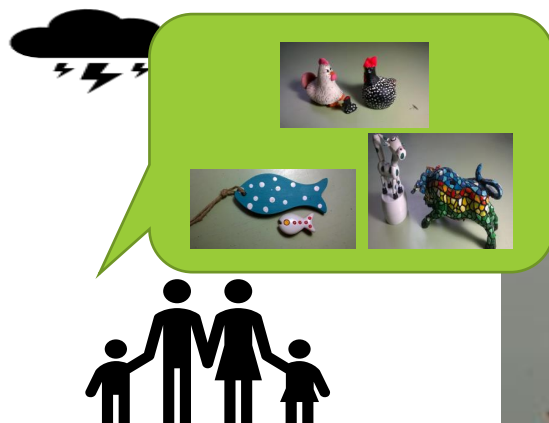
guia para discussões técnicas e comunitárias

Norma Valencio

Samira Younes Ibrahim

Juliano Costa Gonçalves

Organizadores



Ficha Técnica

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Organizadores: Norma Valencio, Samira Younes Ibrahim, Juliano Costa Gonçalves

Ilustrações: Norma Valencio

Versão eletrônica disponível em: www.neped.ufscar.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Inundações e cuidado integral [livro eletrônico] :
 guia para discussões técnicas e comunitárias /
 organização Norma Felicidade Lopes da Silva
 Valencio , Samira Younes Ibrahim , Juliano
 Costa Gonçalves. -- 1. ed. -- São Carlos, SP :
 NEPED/UFSCar, 2022.
 PDF.

Bibliografia.
 ISBN 978-65-88873-14-4

1. Cidadania 2. Ciências sociais 3. Desastres
 ambientais 4. Desastres naturais 5. Direitos
 humanos 6. Enchentes urbanas 7. Inundações
 I. Valencio, Norma Felicidade Lopes da Silva.
 II. Ibrahim, Samira Younes. III. Gonçalves,
 Juliano Costa.

22-107590

CDD-363.340981(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Desastres ambientais 363.340981(81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Este material é de interesse público. Pode ser reproduzido, total ou parcialmente, desde que citada a fonte.
 Sua hospedagem em sites ou blogs depende de autorização prévia dos organizadores.

3.1 Dimensões da vida privada e da vida pública: indivíduo, família, comunidade e sociedade

Norma Valencio²
Mariana Siena
Juliana Sartori



A vida privada é aquela que se refere ao espaço territorial, social e simbólico privativo do indivíduo e da família, constituindo um universo objetivo e subjetivo o qual, a rigor, deveria ser inviolável perante terceiros. A estruturação e a dinâmica de funcionamento do grupo, com seu regramento tácito ou explícito e suas rotinas, compete exclusivamente ao mesmo, ao menos enquanto isso não ferir direitos individuais legalmente estabelecidos. Por exemplo, um casal pode desenvolver um modo próprio de lidar com seus conflitos, mas agressões físicas de um contra o outro são passíveis de intervenção externa para cessá-la e de punição no âmbito judicial.

² Apoio FAPESP, proc. 17/17224-0, CNPq, proc. 310976/2017-0.

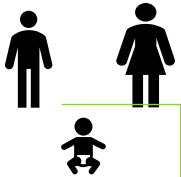
Crianças não podem sofrer abusos físicos ou psicológicos de sua família nem ficar desamparadas (ao relento, sem ter o que comer ou vestir, sem ir à escola) devido à displicência ou incapacidade dos responsáveis. Essas são circunstâncias em que diferentes medidas de intervenção são tomadas, desde a separação da criança de seus abusadores até o fortalecimento da capacidade econômica da família por programas sociais.

Como todos sabemos, a família de “propaganda de margarina” não existe.

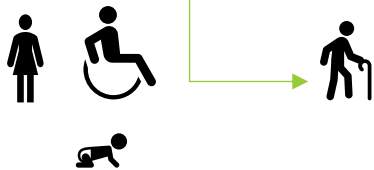
E, atualmente, não há apenas diferentes tipos de família, mas diferentes tipos de problema que acometem cada uma delas e seus membros, em particular. Cada família tem uma estrutura, no geral, hierárquica – isto é, pais exercem controle, compartilhado ou assimétrico, sobre seus filhos, o filho mais velho sobre o mais novo, alguns destes sobre os pets da moradia e assim por diante–, e também uma dinâmica própria. Passados os anos, os filhos crescem e se tornam cuidadores de pais idosos, além de saírem da família nuclear e passarem a construir novos núcleos familiares –onde residirão sozinhos ou constituirão parceiros(a), exercerão a paternidade/maternidade sobre filhos naturais ou adotados, cuidarão ou acolherão parentes idosos, adotarão animais de estimação–, mantendo contato, em diferentes intensidades, com tios e primos nessa nova família estendida (Quadro I).

Quadro I: Três ciclos de uma família

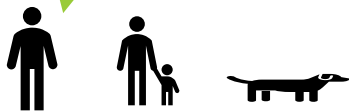
1.o ciclo: um homem de une com uma mulher e geram uma filha



2.o ciclo: a menina cresce, se casa com um homem com deficiência motora, adotam um menino e o pai da mulher, já idoso, se separa e passa a viver com o casal e o neto.



3.o ciclo: o menino cresce e estabelece uma união homoafetiva com alguém que já tem um filho de um casamento anterior heterossexual. Eles adotam um cachorro abandonado.



Note-se que, acima, adotamos a interpretação de que animais de estimação são considerados como membros da família. O fazemos não porque isso tenha base legal. Mas, porque é um fato social, dado que os laços afetivos e de responsabilidade em relação às necessidades vitais e sociais cotidianas do animal, além da nova dinâmica e sentidos que animais imprimem à vida de seus cuidadores. Isso é algo que torna esse vínculo tão relevante quanto o que se tenha entre os humanos que compõem o grupo da família nuclear. Às vezes, o vovô se relaciona melhor com o gato do que com os netos à sua volta. Como salienta Antonio (2016), o animal de estimação e o humano produzem suas formas próprias de comunicação e de expressar afeto mútuo e ambos compartilham várias emoções, tanto as que os unem quanto o sofrimento numa separação involuntária.

Por seu turno, a moradia não é apenas um território inespecífico, mas uma produção espacial do grupo familiar. Embora sua feição externa e estrutural corresponda mais claramente à capacidade econômica dos principais mantenedores do grupo –os que tiveram renda para adquiri-la ou obtê-la por meio de programas sociais, os que a adquiriram por meio de herança, de força física diretamente empenhada na autoconstrução e afins–, seu conteúdo interno corresponde a todos os seus moradores. Há o canto do gato com seus brinquedos; a casinha do cachorro com seu tapetinho de cochilo preferido; o berço do bebê, com os presentinhos ganhos de parentes distantes que vieram visitá-lo por ocasião de seu nascimento assim como os brinquedos de preferência; a cama do casal, tendo ao lado o guarda-roupa sobre o qual repousa o álbum de casamento; o beliche dos gêmeos e sua mesa compartilhada de estudo, repleta de material escolar e bagunça, e assim por diante. Cada membro da família, no uso do espaço da moradia, não está adstrito ao que considera ser o seu espaço individual bem como ao uso de seus objetos particulares. Os mesmos compartilham espaços, criam funções múltiplas para determinados objetos: a mesa serve para todos fazerem as suas refeições, mas pode ser a mesa de estudo ou trabalho, entre uma refeição e outra; a cozinha é onde preparam refeições, com pratos, copos, panelas e demais utensílios de uso comum, mas é sala de visitas de comadres; a sala é onde veem a tv e jogam videogame, que se confunde com dormitório, pois o sofá da família também faz as vezes de cama de um dos filhos, pela noite; o gato pula dentro do berço e, ali, tirar um cochilo

e, por aí afora. As interações sociais e a movimentação diária dos membros na moradia tornam a vida privada pulsante e quanto mais pulsante for, mais os vínculos entre estes se fortalecem.

Quanto maior o tempo e os sacrifícios que a família fez para que a forma e o conteúdo da moradia estivessem consoantes ao desejo de seus membros viverem e se socializarem nesse espaço compartilhado, mais a moradia se torna também um ente vivo, carregado de memórias e histórias do grupo. Trata-se da “casa-concha” mencionada por Bachelard (2003), que guarda os membros das tempestades da natureza e também das “tempestades da vida”. É ali que o sujeito encontra o abrigo-perfeito, na comunhão com seus entes mais próximos e em seu recanto de repouso e restauro para enfrentar os dessabores da vida. Isso corresponde ao conceito de *habitar* referido por Ingold (2002), que tanto vai além do dualismo mente/corpo quanto do que se refere ao homem/ambiente construído e natural, pois focaliza o processo relacional e continuamente dinâmico entre esses elementos. A casa, portanto, seria uma extensão do humano e uma mediação deste com o ambiente natural. A casa, delinearía o humano e a sua sociabilidade privada, seus hábitos, seu ser. Quando se perde a casa, o sentido do habitar fica comprometido.

De outro lado, muitos sacrifícios existenciais são feitos pelos que habitam moradias muito precárias. Ali se encontra uma situação inadequada, do ponto de vista construtivo, sanitário e afins. Mas, ao menos, é o lugar de onde os membros da família podem se proteger do muito que apanham cotidianamente da vida, se recarregando emocionalmente frente às precárias oportunidades que o mundo público lhes oferece. Nesse sentido, cada momento de sossego, de compartilhamento afetivo com os seus e com amigos e vizinhos que estão na mesma luta, de alegrias e memórias que possam ser extraídas de conquistas “suadas”, é, metaforicamente, uma dádiva. Obter-se poucas possibilidades de fazer melhorias construtivas na moradia ou adquirir objetos que permitam algum conforto extra ao grupo familiar –ainda que, na visão externa, possam parecer pífias conquistas–, faz com que o habitar traga boas memórias e permita crescimento pessoal de seus membros.

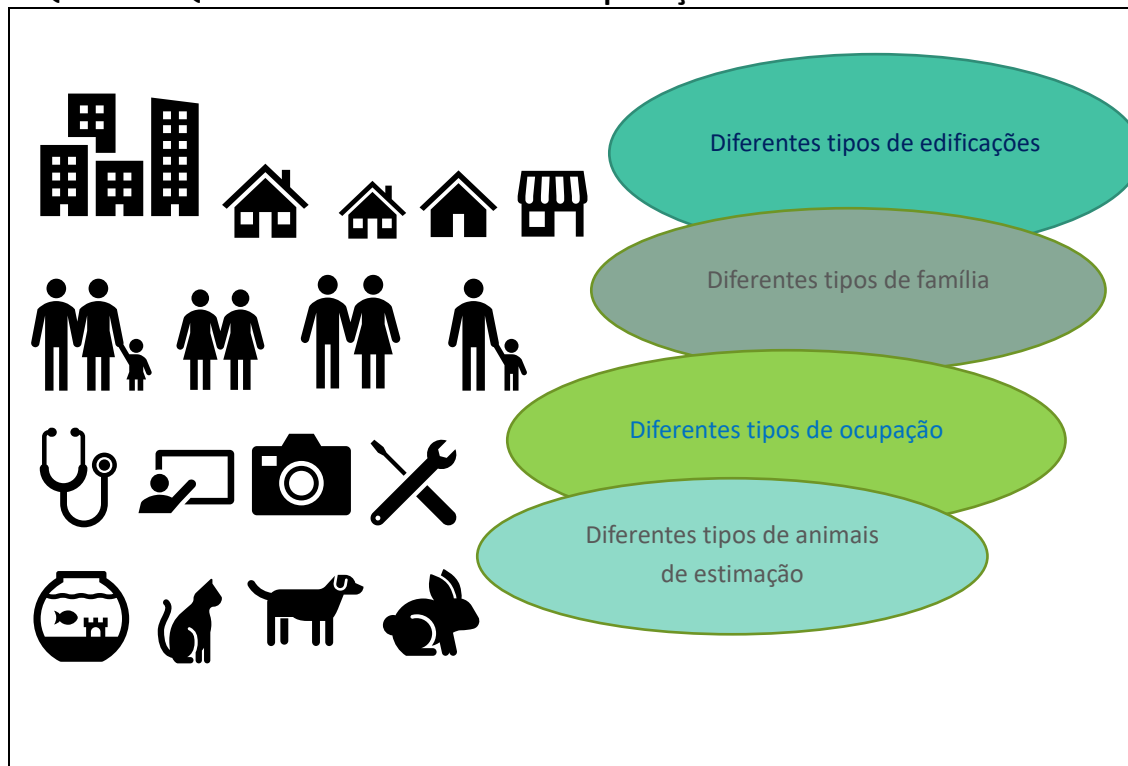
Quando inundações são colocadas no contexto do habitar, mesmo e principalmente das moradias mais precárias, fica mais claro que aquilo que está em jogo não é somente a segurança física dos membros da casa. Um sentido existencial, identitário e social de conquistas é igualmente abalado.

Inundações que atravessam e invadem o espaço doméstico provocam simultâneas ameaças: à integridade do corpo do indivíduo e dos demais membros com os quais este está intensamente vinculado; aos animais de estimação; aos objetos de valor simbólico, que se vinculam à suas experiências pretéritas, memórias, aspirações; aos de uso cotidiano e econômico que são indispensáveis às funções de seus moradores (tomar banho, cozinhar, dormir, estudar, trabalhar etc); à moradia em si. Por isso, embora usualmente as recomendações técnicas sejam para que as pessoas em risco nessas circunstâncias pensem prioritariamente em sua segurança individual, o indivíduo sabe que o sentido do seu viver depende, em diferentes gradações, da integridade de todos os componentes acima elencados.

No que tange aos vínculos entre os membros da família que compartilham a moradia, há que pensar que cada um tem laços horizontais e verticais alimentados por papéis sociais substantivos, que não podem ser desconsiderados. Uma mãe ou um pai não poderão simplesmente deixar para trás um filho, sabendo-o em situação de perigo iminente, conforme já dissemos antes. E este, ainda mais quando pequenos, terão a expectativa de serem cuidados por seus pais, por quem clamam por socorro nessas situações.

Ademais, cada tipo de comunidade –com suas edificações, estruturas de família, espécies de animal de estimação – pode deter uma ou mais características de vulnerabilidade assim como de habilidade, o que dificulta ter clareza imediata acerca de quem priorizar no atendimento emergencial e quais são os recursos locais de apoio mútuo (Quadro II).

Quadro II: Quatro diferentes variáveis na tipificação de uma comunidade



A mulher, como chefe da casa, é quem culturalmente desenvolveu aptidões para identificar e expressar tanto as dimensões objetivas das perdas concretas na moradia quanto as dimensões imateriais e intersubjetivas dos danos no núcleo familiar. Tais aptidões devem-se ao fato de que é ela quem, historicamente, “produz” o núcleo familiar, isto é, toma para si a responsabilidade de reprodução e manutenção do sistema de valores e

crenças para os demais membros bem como a de zelar o território onde se realiza a sociabilidade deste grupo. Uma vez que esta responsabilidade é incorporada, fica fácil compreender a imagem corrente, em desastre, de mulheres prostradas em frente aos escombros da casa afetada, em busca de algo que não se revela de imediato, uma forma dela mesma reelaborar suas perdas procurando alcançar meios para evitar a morte social do grupo (Valencio *et al.*, 2007).

No domicílio, pode haver crianças, idosos, pessoas com deficiência, gestantes. Além disso, pode ocorrer situações mescladas: idosos com deficiências, por exemplo. E outros complicadores. Crianças com deficiências, por exemplo. Essas são vítimas de constante preconceito e estigmatização social. E, num contexto de inundações, os eventuais serviços especializados de reabilitação que as atendem, e estão mais preparados para lidar com as mesmas, podem ficar inoperantes. E as mães, sobrecarregadas e estressadas, podem se isolar nesse contexto, querendo lidar sozinhas com a situação por temer que seus filhos sofram novas humilhações. Mesmo quando resgatadas e levadas para um abrigo provisório, a família com pessoas com deficiências podem se sentir em maior desvantagem frente àquelas, cujos pleitos conseguem ganhar maior visibilidade perante os gestores de abrigo e provisões (Valencio *et al.*, 2007; Zuurmond *et al.* 2016). Assim, as medidas de resposta precisam estar mais adequadas a identificar e priorizar a escuta a essas mães a fim de que as mesmas possam esclarecer os termos de auxílio que necessitam para diminuir o seu estresse e o da pessoa com deficiência sob seu cuidado. Pode, ainda, haver pessoas adultas com deficiências que vivem sozinhas. E essas, frequentemente, estão mal integradas no mercado de trabalho, enfrentando muitas barreiras físicas e sociais no dia-a-dia e sua renda tende a ser menor do que média. Isso intensifica a sua vulnerabilidade pessoal, incidindo na qualidade do seu habitar. Tais limitações pessoais precedentes podem ser ampliadas na circunstância de desastre, na qual os demais afetados têm mais chances de clamar por suporte urgente assim como em relação ao suprimento de mínimos vitais durante o período de reabilitação (Danquah *et al.*, 2014). Por exemplo, cadeirantes adultos que necessitem de fraudas descartáveis podem se sentir constrangidos em solicitá-lo.

Ao considerarmos as especificidades dos idosos nesse contexto, eles se caracterizam, em termos biopsicossociais, como os mais vulneráveis a esses eventos e com maior probabilidade de risco a óbito e adoecimento durante e após os desastres (Whittington, 2010). Gibson (2006) elenca alguns aspectos, tais como as doenças crônicas, as limitações funcionais e as disfunções sensoriais, físicas e cognitivas, que afligem significativamente este grupo. A vulnerabilidade desse grupo está pautada por sua fragilidade física e emocional numa situação de crise aguda; sentimentos de tristeza e estresse podem, eventualmente, ser intensificados com a perda e com a danificação de sua moradia e de outros bens (Orioll, 1999). Porém, além de considerar os aspectos oriundos da fragilidade física do idoso não significa que devemos vitimizá-lo, pois o idoso é portador da memória social do grupo. Então, nesse cenário, o idoso também pode amparar em sua experiência e em seu discernimento, que partem de seus talentos e habilidades, para saber o que fazer e isso deve ser valorizado nesse contexto adverso. Os idosos têm um papel importante na ajuda humanitária, na identificação dos mais vulneráveis em seu bairro e no gerenciamento e coordenação de abrigos temporários para a sua comunidade e outras (Gibson, 2006), pois sua trajetória de vida pode predispor-lo a entender melhor as necessidades alheias.

Por fim, convém salientar que desastres também podem gerar agravos à saúde que levem a deficiências posteriores (Danquah *et al*, 2014). Assim, situações de escorregões e quedas bruscas no chão ou em buracos, quedas de material pesado sobre o corpo, ferimentos com objetos cortantes, choques elétricos e afins podem levar à perda da capacidade de locomoção, de audição, de visão, de memória e outras, comprometendo a capacidade individual e da família de se recuperar economicamente, em moldes semelhantes ou melhores do que antes da crise aguda. Muita apreensão e providências costumam ser tomadas pelas famílias antes, durante e após as inundações (Quadro IV). A mobilização doméstica, por mais intensa que seja, vai revelando muitos aspectos sobre o habitar. Um deles, é o de que os membros da família utilizam de modo intenso a sua criatividade –para readequar os bens móveis, proteger animais de estimação e criança –, bem como fazem esforços físicos sem precedentes para evitar, a todo custo, terem grandes prejuízos no episódio. Outro aspecto é o de que a degradação da moradia, dos bens móveis e do corpo

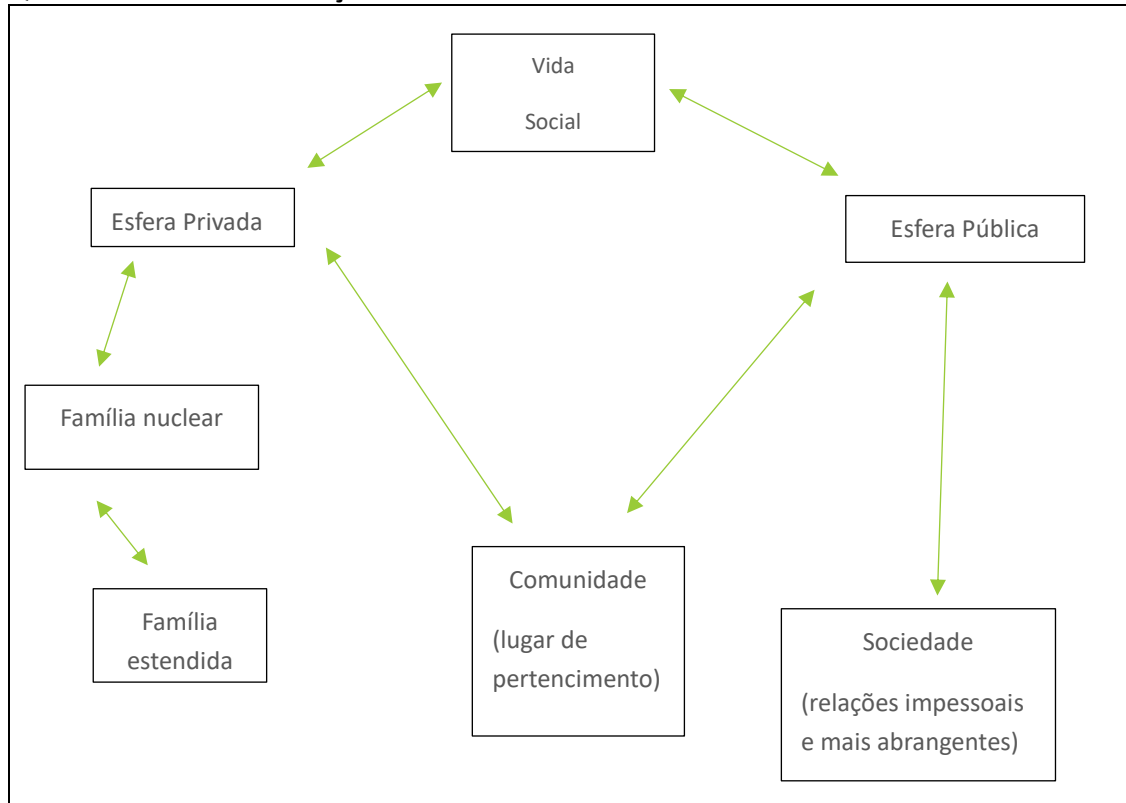
se dão de modo simultâneo. A água contaminada que adentra a moradia vai danificando e inviabilizando o uso de bens móveis, alimentos, eletrodomésticos, roupas, enquanto os residentes, na tentativa de fazer algo para acudir as coisas, ficam com as roupas do corpo igualmente sujas e o seu corpo em contato com esse ambiente potencialmente causador de doenças de veiculação hídrica. A exaustão física é acompanhada de exaustão emocional. Misturam-se as preocupações sobre o montante dos danos havidos e a capacidade efetiva de recuperar-se dos mesmos. A perda de objetos de valor simbólico, sentimental e econômico vai atrelando passado, presente e futuro; isto é, atrelando a memória do percurso do grupo, a viabilidade da vida prática cotidiana, presente e as perspectivas de sobrevivência.

Quadro IV: Ilustração de potenciais preocupações e providências das famílias antes, durante e após as inundações

Antes: Preocupações: ouvir o noticiário para ver se está previsto a chegada de grande volume de água na localidade de moradia; refletir sobre quais dos membros da família estarão em maior situação de risco e como deixá-los a salvo; pensar em quais objetos móveis estão mais suscetíveis e o que fazer para protegê-los. Providências: tentar preservar objetos de valor sentimental e simbólico; ir o mais rápido possível para casa ou nela permanecer para tomar medidas que impeçam que as águas invadam a residência (colocar objetos nas portas externas para bloquear a entrada das mesmas); suspender, o quanto possível, os móveis e eletrodomésticos (geladeira, tv, gavetas com roupas, camas); retirar aparelhos das tomadas; colocar medicamentos, documentos, material escolar, brinquedos de estimação e itens indispensáveis no dia-a-dia sobre os móveis; deixar à vista e disponíveis baldes, rodos e panos de chão.	Durante: Preocupações: como fazer as necessidades fisiológicas com o banheiro inundado? Como lidar com a agonia das pessoas mais frágeis da casa e tentar achar lugar e meios para retirar o máximo de bens da água? Quais técnicas corporais adotar para colocar a água para fora da moradia? Será que fotografias de família e documentos estão bem guardados? Providências: reclassificar certos objetos da moradia conforme a sua capacidade de servir para evacuar do local o apor seus pertences: aqueles que possam flutuar poderiam servir como embarcação improvisada ou apoio para o resgate emergencial dos que não podem lidar com o volume das águas, (geladeira, prancha de surfe, pneus); escadas de madeira podem servir, na horizontal, como pontes para pular uma corredeira e ir para local mais seguro. Se possível, colocar botas e luvas de borracha para evitar o contato direto com a água; verificar se os membros mais vulneráveis da família estão fora do contato direto com a água contaminada.	Após: Preocupações: verificar se há água disponível para as ações de limpeza; pensar em como obter material para higienizar a moradia em qualidade e quantidade compatível com o requerido. Providências: obter materiais para higienização do corpo (sabão, toalha, absorvente higiênico, papel higiênico, creme dental, escovas de dentes e cabelo, fraudas etc; buscar trajar roupas limpas e hidratar-se; achar um local para repouso, com roupa de cama limpa (lençóis, travesseiros, cobertores); descartar apropriadamente objetos e mantimentos danificados; limpar objetos recuperáveis; viabilizar local e sabão para lavar e secar roupas contaminadas que valham à pena preservar; explicar para patrões a impossibilidade de ir ao trabalho.
--	---	--

De outra parte, também indivíduos e famílias podem deter habilidades, técnicas corporais, instrumentos e objetos que colaborem no seu autoatendimento e no resgate a vizinhos em apuros similares. Quanto mais os vizinhos tenham uma disposição amistosa e possam compartilhar esses recursos sociais, estratégicos e endógenos à comunidade, mais confiantes poderão se tornar no enfrentamento imediato das inundações e a situações similares futuras.

Quando as relações sociais entre atendentes e atendidos se estabelecem dentro de uma clara compreensão dos limites da **vida privada** e da **vida pública**, se espera que as ações de cuidado não sejam invasivas no que tange à subjetividade de indivíduos e a intersubjetividade dos membros de uma família e da comunidade a que pertencem. A vida privada é a que tem os indivíduos, por exemplo, no que tange às escolhas e práticas afetivas, ao modo como organizam sua habitação e desenvolvem os seus hábitos domésticos, elaboram suas preferências alimentares, definam o modo de trajar, qual música ouvir, e assim por diante. E, também, é a que une sujeitos como parte constitutiva de uma mesma família nuclear ou extensiva, cujas regras são definidas nas relações endógenas desse coletivo. A comunidade de convivência é quase uma transição entre a vida privada e pública na medida em que a forma de sociabilidade que transcorre entre vizinhos, compadres e amigos ao redor pode ou não permitir certas interferências na vida privada de seus membros, conforme as regras e limites que estes estipulam. A vida eminentemente pública, conforme saliente Arendt (2010), é aquela na qual as relações sociais tendem a ser impessoais, respaldadas na compreensão e na garantia dos direitos humanos, os quais se encontrariam plenamente incorporados pelas instituições públicas e privadas que configuram a sociedade civil (Quadro III). Por exemplo, no âmbito do trabalho, no atendimento numa repartição pública, isso repeliria as relações mais informais e regularia uma interação social mais equitativa e sóbria a todos os cidadãos.

Quadro III: Níveis de interação social

A dimensão política: a segurança humana como um direito

Lamentavelmente, nos dias de hoje, ainda vemos autoridades governamentais, técnicos que atuam em emergências e desastres, cientistas, jornalistas e demais formadores de opinião mencionarem que as pessoas sistematicamente prejudicadas nessa situação –que são os segmentos mais empobrecidos da sociedade– são culpadas por seu infortúnio. Menciona-se que a vulnerabilidade das mesmas decorreria de sua “ignorância”, de sua “falta de percepção de risco”, de sua “opção” por morar nas chamadas “áreas de risco”, desconsiderando a necessidade de ter uma maior segurança espacial. Esse discurso preconceituoso tem sido bastante difundido e um dos seus efeitos é o de sujeitar esses segmentos a humilhações constantes. Outro efeito, é o de desonerar autoridades públicas de suas responsabilidades em atender adequada e prioritariamente tais segmentos antes, durante e após as inundações.

Há um recorte de classe social muito nítido na intensidade e multidimensionalidade como danos associados a inundações são vivenciados e os que mais padecem são historicamente os mais pobres. Porém, outros segmentos da sociedade começam a vivenciar esses danos, ainda que de um modo diferenciado. As inundações têm se tornado um problema generalizado no país, que afeta o cotidiano das distintas classes sociais, desde os meios materiais públicos e privados (estabelecimentos, infraestruturas) às interações sociais (providências, afazeres). Mas, esse espraiamento do problema pode estar induzindo que as providências públicas se destinem prioritariamente aos segmentos sociais com mais recursos de voz, isto é, aos que têm mais condições políticas ou econômicas de exigir providências. Ou seja, o alastramento dos desastres relacionados às inundações tende a gerar respostas do poder público que não reverterem a lógica de desigualdade social, mas a reforça.

Quanto mais se difundam preconceitos sociais em relação aos que estão mais suscetíveis diante inundações, ou que estes sejam relegados no atendimento público em relação às medidas estruturais e não-estruturais necessárias nos seus lugares de trânsito, de trabalho e de moradia, menos as questões sociais de fundo relacionadas a este problema socioambiental serão enfrentadas. Dentre elas, as que dizem respeito a como:

- os riscos ambientais são produzidos socialmente e distribuídos desigualmente, obedecendo a uma lógica econômica perversa;
- o mercado imobiliário se organiza, expulsando os mais pobres para as áreas com menor cobertura dos serviços públicos (de drenagem, de coleta de resíduos, de transporte, de saúde pública, entre outros);
- o modelo econômico vigente redundando na manutenção do trabalho precário e de altos níveis de desemprego, inviabilizando o acesso das famílias a moradias mais seguras. E assim por diante.

Uma vez que essas questões sejam postas à margem do debate público sobre o enfrentamento de inundações, a face social do problema vai perdendo a nitidez. E, assim, iniciativas públicas que são propagadas e alardeadas sem uma escuta ativas às comunidades perdem a sua efetiva conexão com a vida prática destas. Mas, para aqueles que sofrem percalços constantes com as inundações, os desafios costumam está muito acima das medidas públicas tomadas a respeito, algumas das quais adotadas com um caráter impositivo e por meio do uso de violência. Famílias que se veem obrigadas a se submeter às mesmas ficam muito indignadas, pois não encontram canais para expressar o quanto as medidas públicas geram, para elas, mais dilemas, inseguranças, incertezas e uma perspectiva de piora de suas condições de vida. O contexto de abandono social, de injustiça e de conflitos sociais não se dissocia de desastres relacionados às inundações, mas apenas muda as suas tonalidades.

Agentes de defesa civil, assistentes sociais, bombeiros e demais técnicos são premidos a agir em resposta às inundações quando, nesse contexto, há indivíduos, famílias e comunidades inteiras em perigo. Antes, porém, da época do ano em que esses episódios são de mais provável ocorrência, o planejamento de ações preventivas deveria incluir encontros e oportunidades de debates com as comunidades a fim de que se familiarizem

melhor com os problemas locais e possam dar conselhos úteis. Mas, que igualmente os técnicos estejam abertos para compreender os problemas socioambientais desde a perspectiva dos moradores, escutá-los atentamente, e terem ciência de quais as estratégias protetivas –referentes ao repertório cultural local, tanto no conhecimento empírico e até técnico de membros da comunidade– podem ser viabilizadas no uso dos meios materiais disponíveis ou meios a serem tempestivamente providenciados pelas autoridades. Cabe salientar que o relembrar compartilhado de experiências pretéritas de sofrimento social, devido a vivência de episódios de inundações anteriores, também gera um arsenal de recordações sobre estratégias exitosas adotadas naquela ocasião e que impediram danos maiores.

Questões para atividade e debate

Com cartolina ou papel cartão, elaborem uma comunidade imaginária composta por 20 famílias. Cada qual, com uma característica específica em termos de tamanho, composição de gênero e etária, de tipos de deficiências por um ou mais de seus membros, de doenças crônicas, de tipos de animais de estimação, características ocupacionais e outros aspectos que julgarem válidos.

O cenário é o de que todas as moradias da comunidade foram expostas à inundação, mas em gradações diferentes. Contudo, a comunidade inteira se encontra em situação de isolamento. Falta luz, água e houve perda de sinal de telefonia móvel. Faz frio à noite. A previsão é de que a situação se prolongará por dias a fio.

- Discutam quais famílias/membros, e por quais razões, deveriam ser os primeiros resgatados por serviços de emergência;
- Enquanto estejam à espera de resgate por serviços de emergência, discutam as estratégias comunitárias que poderiam ser deflagradas para minorar o sofrimento individual e familiar;
- Após a inundação, quais medidas colaborativas, entre membros da família e entre vizinhos, poderiam auxiliar no processo recuperativo?

Referências

- ANTONIO, L.S. (2016). **Desafios da (des)proteção de animais em contexto de desastres: o caso de Teresópolis/RJ**. Dissertação de mestrado. São Carlos. PPGSEA/EESC-USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-26102016-082306/pt-br.php>
- ARENDT, H. (2010). **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DANQUAH, L. *et al* (2014) Disability in post-earthquake Haiti: prevalence and inequality in access to services. *Disability and Rehabilitation*. 1-8: <https://doi.org/10.3109/09638288.2014.956186>
- GIBSON, M. J. (2006) **We can do better: Lessons learned for protecting older persons in disasters**. Washington, DC: American Association for Retired Persons, 2006. Disponível em: <http://assets.aarp.org/rgcenter/il/better.pdf>
- INGOLD, T. (2002). **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge.
- VALENCIO, N. *et al* (2007). O desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. *Revista Cronos*, Natal, v. 8, n. 1, pp.81-100. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3169/2559>
- ZUURMOND, M. *et al* (2016) Childhood disability in Turkana, Kenya: understanding how carers cope in a complex humanitarian setting. *Afr. Journal Disabil*, 5(1):277. DOI: [10.4102/ajod.v5i1.277](https://doi.org/10.4102/ajod.v5i1.277)
- ORIO, W. (1999). Psychosocial issues for older adults in disasters. **Substance Abuse and Mental Health Services Administration**. Washington DC: Center for Mental Health Services.
- WHITTINGTON, F.J. (2010) A timely recovery for literature on disasters and older adults. *The Gerontologist*, v. 51, n. 1, p. 132–137, 2010.